



CONSELHO GERAL

ATA N.º 7/2012

Reunião Extraordinária do Conselho Geral

_____No dia vinte de dezembro de dois mil e doze, pelas onze horas e quarenta e cinco minutos, reuniram-se na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, por convocatória do seu Presidente, Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, com a seguinte agenda. A reunião foi feita por videoconferência. _____

- _____1. Votação da ata da reunião de 22 de junho de 2012. _____
- _____2. Votação da ata da reunião de 13 de julho de 2012. _____
- _____3. Esclarecimentos sobre os desvios verificados na execução orçamental do presente ano de 2012, de acordo com lista de questões submetidas à consideração da Reitoria, em comunicação de 30 de novembro de 2012 já divulgada a todos os membros do CG. _____
- _____4. Informação e debate sobre o processo de migração de projetos da UAc, para a Fundação Gaspar Frutuoso e impactos resultantes desta política. _____
- _____5. Informação e debate sobre os contornos e incidências da entrevista concedida pelo Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores ao Senhor Reitor, bem como esclarecimento sobre os eventuais desenvolvimentos resultantes da mesma. _____
- _____6. Informação e debate sobre medidas de caráter imediato a concretizar pela Reitoria, visando dar resposta aos problemas correntes que a UAc enfrenta, designadamente a identificação de estratégias de atuação, conforme preocupação já manifestada em deliberação do Conselho Geral tomada em reunião anterior. _____
- _____7. Informação ao Conselho Geral sobre as perspetivas de financiamento da UAc, nomeadamente de natureza extraordinária, para o ano de 2013, bem como identificação de eventuais áreas de intervenção para a redução do défice estrutural da UAc. Informação a ser complementada pelo impacto ao nível do orçamento para 2013, em consequência da distribuição do reforço de uma verba disponibilizada pelo MEC e processada no âmbito do CRUP em reunião de 17 do corrente. _____
- _____8. Reflexão e debate sobre a posição assumida pelo Senhor Reitor junto do Senhor Ministro da Educação e Ciência, em ofício datado de 10 de Dezembro de 2012, cujo conteúdo foi tornado público, no qual se admite a suspensão da atividade da instituição, a manterem-se as atuais condições de subfinanciamento. _____
- _____9. Outros assuntos de interesse para a UAc. _____

_____Estiveram presentes, no polo de Ponta Delgada, os doutores Armindo dos Santos Rodrigues, Carlos Eduardo Pacheco Amaral (que só compareceu no período da tarde, tendo justificado a ausência do período da manhã), Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha, Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz, Mário José Amaral Fortuna, o estudante Luís Paulo Ramos Freitas, os Drs. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa (que compareceu apenas no período da manhã, tendo justificado a ausência no período da tarde), Mário António da Mota Mesquita e Roberto Sousa Rocha Amaral; no polo de Angra do Heroísmo, os doutores Alfredo Emílio Silveira de Borba, Carlos Fernando Mimoso Vouzela e o Dr. Delmar António de Sousa Bizarro; em Lisboa, o doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho. Estiveram igualmente presentes o Magnífico Reitor, o Vice-Reitor para a Área Administrativa e o Administrador da Universidade dos Açores. _____



_____ Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão.

_____ 1. Levada a votação, a ata do dia vinte e dois de junho foi aprovada por maioria, com onze votos a favor e duas abstenções. Nesta votação não está incluído o voto do doutor Carlos Amaral.

_____ 2. Levada a votação, a ata do dia treze de julho foi aprovada por maioria, com dez votos a favor e três abstenções. Nesta votação não está incluído o voto do doutor Carlos Amaral.

_____ 3. Relativamente aos desvios verificados na execução orçamental de dois mil e doze, o senhor Administrador fez uma análise do ponto de vista global, dizendo que, até à data de trinta e um de outubro, a Universidade dos Açores apresentava uma execução das unidades orgânicas com um défice na ordem de um milhão e cento e quinze euros, devido à não cobrança da receita do que havia sido estimado, ou seja, 22,5 milhões de euros, tendo sido arrecadados até agora 16,3 milhões de euros; do lado da despesa, e de acordo com os mapas distribuídos pelas unidades orgânicas e pelo Conselho Geral, estimar-se-ia um défice de 1,6 milhões de euros até ao final do ano, para cumprir com compromissos previamente assumidos; a exemplo do ano anterior, nada foi executado para além do que estava estimado; a diferença de execução tem a ver com a verba proveniente do projeto de equipamentos do polo de Angra do Heroísmo, verba aprovada pelo Presidente do Governo Regional. Explicou ainda que, do ponto de vista global, se se deduzir um milhão, a Universidade terá condições para fechar o ano de dois mil e doze com um défice que não será demasiado significativo e que, do ponto de vista 'legal' é perfeitamente aceitável/possível, não havendo violação do ponto de vista da Lei dos Compromissos, verificando-se apenas uma 'ultrapassagem' do orçamento em relação ao que foi aprovado em Conselho Geral. No que diz respeito às questões levantadas pelos conselheiros esclareceu que, em relação aos desvios nos gastos gerais de dois mil e onze, o apuramento foi feito quase despesa a despesa. Quanto à redução das despesas, informou que houve uma diminuição relativamente a dois mil e onze, tendo dado como exemplo diferenças de valores mensais relativos à limpeza (2011- 236.000€; 2012 – 165.000€), à vigilância e segurança (2011 – 321.000€; 2012 – 140.000€) e às Comunicações, exceto a manutenção da rede (2011 – 192.000€; 2012 – 160.000€). Em relação aos desvios nas receitas, informou que existem dois tipos de desvios com efeito direto nas despesas e que são provenientes das receitas próprias e dos projetos, tendo sido arrecadados apenas 16,3 milhões. O desvio maior e mais significativo foi o relacionado com os *overheads*, devido à baixa execução dos projetos, e ao facto de os *overheads* dos mestrados terem passado para receita própria. Relativamente às propinas, verificou-se um desvio de cerca de 400.000€.

_____ Aberto um período de intervenções, o doutor Mário Fortuna disse ter verificado que algumas unidades orgânicas já estão a gastar mais do que o previsto para a sua despesa, com despesas acima do que foi aprovado em Conselho Geral, tendo apontado para a existência de algumas assimetrias muito graves, havendo áreas de ajustamento que não estão a ser feitas. Referiu ainda que a quebra gigantesca encontra-se na área dos projetos, onde se acumulam desvios consideráveis nas unidades orgânicas, tendo salientado que, a continuar-se este processo, não há forma de ganhar sustentabilidade, pois não houve nenhuma evolução positiva em termos de alterações estruturais. Apontou que foram desorçamentadas receitas mas manteve-se a despesa com dantes. Quanto aos gastos gerais, acrescentou, não vê necessidade de se efetuar tanta despesa em algumas rubricas, não sendo despiciente pedir à EDA uma auditoria, no sentido de sugerir planos de intervenção para reduzir nas despesas de eletricidade (de cerca de 500.000€ por ano); em relação às comunicações, reconheceu que existe uma parcela



associada a funções indispensáveis, mas existem outras que podem ser reduzidas, como, por exemplo, chamadas telefónicas individuais que devem ser controladas; quanto à limpeza, existem restrições que têm de ser absolutas e devem delimitar os valores contratualizados com terceiros. Por fim, pretendeu saber como a Universidade está a sobreviver em termos de liquidez para o funcionamento atual, tendo em conta que em 2012 se utilizou a verba de reembolso do PROCONVERGÊNCIA, não havendo outra verba similar para 2013.

Relativamente aos serviços de limpeza e vigilância, o senhor Administrador informou que estes serviços já foram reduzidos o mínimo, tendo uma grande parte do serviço passado a ser assegurado por funcionários da Universidade dos Açores. Sobre a execução das unidades orgânicas, salientou que não há nenhuma unidade orgânica que tenha ultrapassado o previsto, o que pode haver é na previsão até ao final do ano. Informou ainda que, para a execução do projeto de investimento em equipamentos no novo Campus de Angra do Heroísmo foram utilizados saldos de anos anteriores na ordem dos 1,2 milhões de euros, razão pela qual o financiamento por parte do PROCONVERGÊNCIA se destinaria à reposição dos mesmos. Contudo, face ao défice de exploração que se veio a verificar durante o ano de 2012, tais verbas foram canalizadas para a cobertura daquele défice. Tendo em conta que esta verba deixará de existir em janeiro de dois mil e treze, a Universidade dos Açores só pode contar com a receita de dois mil e treze.

Sobre o assunto o doutor Tomaz Dentinho contestou, dizendo que não foi só com a ajuda do PROCONVERGÊNCIA, mas também com a verba proveniente dos projetos, tendo questionado sobre o que poderá acontecer no próximo ano, uma vez que, na sua perspetiva, o défice da Universidade é de cinco milhões, se tiverem em conta a verba dos projetos que está a ser utilizada para fazer face às despesas da Universidade, não esquecendo que neste ano o défice é muito superior, porque foram buscar os financiamentos dos projetos e não os *overheads* dos projetos, e se atenderem a que as provisões de receitas de propinas em atraso não são cobradas todos os anos.

O doutor Alfredo Borba lamentou o facto de a reunião decorrer por videoconferência, por considerar haver falta de contacto, dizendo que, quando foi convocada a reunião, informou o Presidente do Conselho Geral que não fazia sentido realizar esta reunião sem haver um documento escrito por parte da reitoria que pudesse ser analisado com a devida antecedência, ao que o Presidente do Conselho Geral respondeu que recebeu o requerimento do doutor Alfredo Borba, tendo-o reencaminhado para o Magnífico Reitor.

Tendo em conta que o valor da transferência do OE é mais baixo em relação aos anos anteriores e que a Universidade dos Açores continua a manter as despesas ao mesmo nível, o doutor Armindo Rodrigues apelou ao Conselho Geral uma tomada de atitude para fazer face a esta situação, no sentido de se reduzir despesas. Quanto aos *overheads*, apelou igualmente para a necessidade de se saber qual a situação em relação aos projetos de dois mil e onze, uma vez que se verifica uma quebra muito grande de *overheads*. Recordou que muitos dos projetos não têm grande reflexo do ponto de vista dos *overheads*, pois funcionam por reembolso, não esquecendo que as verbas de projetos são despesas consignadas e que terão de ser devolvidas caso não sejam executadas.

4. Ainda em relação aos projetos, o doutor Tomaz Dentinho pretendeu saber qual o atual saldo das verbas dos projetos que não foram gastas e que foram utilizadas para outras despesas.

No seguimento das observações feitas pelo doutor Armindo Rodrigues, o doutor Carlos Vouzela constatou que, para além da contabilidade apresentada, foi referido um aspeto



demasiado importante, tendo questionado quais as medidas que a reitoria irá apresentar para colmatar o défice.

_____ O senhor Administrador explicou que o problema da Universidade é em relação aos projetos que funcionam através de reembolso, pois não tem verba de tesouraria para fazer face às despesas destes projetos antes de serem executados. Em relação ao facto de, em termos de tesouraria, estarem a utilizar a verba dos projetos para outros gastos, informou que se retirarem do saldo geral os saldos dos projetos, o valor reduz, mas não é muito significativo.

_____ Quanto ao processo de migração dos projetos para a Fundação Gaspar Frutuoso, o Magnífico Reitor informou que, devido à Lei dos Compromissos, as pessoas foram aconselhadas a transferirem os seus projetos para a Fundação Gaspar Frutuoso, tendo na altura sido apresentada uma proposta de *overheads* (20% para a investigação e 35% para prestação de serviços), devendo ficar 50% na Fundação, para despesas de funcionamento, e 50% nas respetivas unidades orgânicas. Informou ainda que, apesar de se verificar um enorme fluxo de projetos a quererem passar para a Fundação Gaspar Frutuoso, estes processos são morosos, pois a Universidade tem de pedir autorização à Fundação, sendo necessária igualmente a concordância da entidade financiadora. Quanto ao impacto daí resultante, referiu que, se por um lado existe uma série de despesas que já foram executadas, por outro não têm de administrar estes projetos, o que facilita a sua execução.

_____ O doutor Mário Fortuna explicou que, quando pediu informação sobre este tema, esperava uma informação mais quantificada, pois esta situação tem um impacto significativo no orçamento, na medida em que o que se tem estado a fazer é transferir os projetos para a Fundação, esquecendo a questão das despesas do pessoal que executa os projetos e que continua na Universidade. Na sua opinião, se se transfere a receita e não se transfere a despesa, a Universidade tem que mandar a fatura à Fundação para estabelecer esta compensação. Acrescentou ainda que o problema da Universidade não é só o poder executar os projetos de investigação, é acima de tudo um problema de sobrevivência pura de funcionamento da Universidade em termos de lecionação, estando a faltar informações sobre os projetos que podem correr o risco de incumprimento e sobre o modo como está a ser feita a transição dos projetos que foram para a Fundação. Pretendeu também saber como estão as contas entre a Fundação e a Universidade. Por fim, salientou que o défice é só o que está registado, havendo ainda muita contingência se eventualmente não se executar os projetos dentro dos prazos estabelecidos em contrato, pois os projetos estão cabimentados e existe uma política de manutenção e de compromissos salariais, mas, se a Universidade não tem tesouraria para poder executá-los, há que devolver a verba. Apontou igualmente para a necessidade de se entender o que é *overheads* e o custo de pessoal afeto ao projeto, pois os *overheads* não podem ser considerados como custos com pessoal.

_____ Em relação aos projetos, o doutor Armindo Rodrigues explicou que só havia duas possibilidades, ou manter os projetos na Universidade, sem ter condições de os executar, ou transferi-los para a Fundação, com a garantia de a Universidade receber uma percentagem dos *overheads*. Explicou ainda que o que se arranjou foi uma situação transitória, tendo alguns projetos migrado para a Fundação e outros não, sobretudo aqueles que estão a ser pagos com fundos comunitários. O problema, salientou, é haver muitos projetos que funcionam através de reembolso, cujos reembolsos normalmente são demorados, o que obriga a que a Universidade tenha de avançar com todas as despesas antecipadamente.

_____ Segundo o doutor Tomaz Dentinho, se existem projetos que não podem ser transferidos para a Fundação, principalmente os que são pagos com fundos europeus, a



Universidade tem de arranjar uma solução para poder executar estes projetos, lamentando que a Universidade estimule as pessoas a retirarem os seus projetos da Universidade. _____

_____ O doutor Alfredo Borba voltou a referir a necessidade de um documento escrito sobre o assunto por parte da reitoria, dizendo que, não havendo documentação, não fazia sentido estarem a discutir o assunto, pois o que pretendiam saber era qual o impacto destas transferências nas unidades orgânicas. _____

_____ Em relação à questão levantada sobre o pessoal que executa os projetos, o Magnífico Reitor esclareceu que nas candidaturas não se prevê nem estão incluídos gastos com pessoal que executa os projetos. Quanto a ter os dados para a reunião, justificou não ter sido possível reunir os dados concretos, por ainda se encontrarem num processo de transição. _____

_____ Em resposta ao doutor Alfredo Borba, o Presidente do Conselho Geral esclareceu que as competências do Conselho Geral não são apenas para deliberações concretas e que esta reunião, não sendo deliberativa, é útil do ponto de vista dos esclarecimentos que têm de ser dados. _____

_____ 5. O Magnífico Reitor informou que, na reunião tida com o novo Presidente do Governo Regional, foram exploradas várias formas de colaboração entre a Universidade dos Açores e o Governo Regional, a saber: i) maior colaboração em termos de informações sobre as medidas que o Governo irá tomar e a possibilidade de a Universidade dos Açores apresentar propostas; ii) melhoria de transferência de resultados de investigação junto das empresas; iii) contribuição de um euro para qualquer outro euro que se venha a receber de projetos de investigação no ano de dois mil e treze e, eventualmente, de projetos e contratos em execução em dois mil e doze, caso possam ser aplicados; iv) possibilidade de financiamento de cursos com número inferior a vinte alunos; v) possibilidade de atuação da Universidade de efetuar um contrato com o Governo para promoção do emprego e do crescimento económico nos Açores. Também ficou assente celebrar um protocolo entre a Universidade dos Açores e a Secretaria Regional da Educação e Cultura, onde seriam abrangidas todas estas medidas, protocolo este que já foi enviado para a Presidência e que aguarda pareceres jurídicos. _____

_____ Face às questões levantadas pelo doutor Mário Fortuna sobre a cronologia destes projetos e o modo como irá ser feito o pagamento, o Magnífico Reitor respondeu que o mesmo deverá ser feito por duodécimos, uma vez que o orçamento só será aprovado em março, e as propostas de colaboração entre a Universidade e o Governo irão ser passadas para protocolo, exceto para os projetos que são financiados pelo próprio Governo. _____

_____ O doutor Tomaz Dentinho congratulou o Governo Regional pela iniciativa, tendo no entanto chamado a atenção para o facto de a mesma não resolver a situação da Universidade, em termos de lecionação. Acrescentou ainda que, em termos de projetos, é preciso ter cuidado com os que não estão a ser executados e com os que estão na Fundação Gaspar Frutuoso. _____

_____ O Magnífico Reitor esclareceu que tudo o que foi tratado foi em termos gerais, não se diferenciando projetos e abrangendo os projetos que estão na Fundação. Esclareceu ainda que, em relação às áreas, apesar de o Secretário Regional da Educação ter dado exemplo de algumas áreas, não quer dizer que não se possa abranger outras áreas, uma vez que o protocolo ainda não está concluído. _____

_____ O Presidente do Conselho Geral pretendeu saber se nessa reunião foi sublinhada a ausência de impacto destas medidas no orçamento de funcionamento da Universidade e se este aspeto pode vir a ser contemplado no protocolo. Pretendeu saber igualmente se o Governo se mostrou recetivo a constituir um adiantamento que permitisse haver um fundo de maneiço, ao que o Magnífico Reitor respondeu que o que foi referido ao Presidente do Governo Regional foi



o impacto da ligação da Universidade com o Governo Regional, tendo em conta o facto de pertencerem ao Governo Central.

Por fim, o doutor Carlos Amaral perguntou se em dois mil e treze poderão continuar a executar os projetos, continuando a estar sujeitos à Lei dos Compromissos, tendo o Magnífico Reitor respondido que, devido ao défice existente e à dívida ao Estado, a Universidade dos Açores só pode ir até 70% do total das despesas.

6. Visando dar resposta aos problemas correntes que a Universidade enfrenta, o Magnífico Reitor lembrou que a primeira medida que referiu no seu plano estratégico foi a reestruturação da Universidade dos Açores na sua globalidade (docência, investigação, prestação de serviços) e na sua organização em si, daí a necessidade de se fazer um diagnóstico exaustivo da Universidade dos Açores em todas as suas vertentes (atividade de docência, investigação, prestação de serviços, instituições com quem a Universidade tem relacionamentos, etc), para se poder tomar medidas na sua reestruturação.

Aberto um período de intervenções, o doutor Mário Fortuna pretendeu saber quem irá fazer este diagnóstico e qual o prazo que irão dar para a sua execução.

O doutor Tomaz Dentinho referiu que este diagnóstico foi feito há cerca de dois anos e que existem dados relativos à avaliação dos docentes. Apesar de saber que esta reitoria herdou a situação atual, lamentou que tenham esperado dois anos para chegarem a esta conclusão, tendo questionado sobre o critério que irão utilizar na reestruturação, em termos de redução de pessoal. Referiu ainda que a reestruturação deve ter por base as disciplinas curriculares. Em relação à Comissão, salientou a necessidade de haver corresponsabilização e intervenção dos representantes das unidades orgânicas.

O doutor Armindo Rodrigues mostrou a sua concordância em se fazer um diagnóstico profundo da realidade da Universidade, que permita indicar com critério onde se pode atuar com rigor.

Estando ciente da situação atual da Universidade o estudante Luís Freitas reconheceu que os próprios estudantes também poderiam contribuir para a redução das despesas. No entanto, pretendeu saber qual a possibilidade de a Universidade reduzir o número de funcionários e de docentes, nomeadamente aqueles que se encontram à beira da reforma, e qual a possibilidade de se juntar cursos que existem de forma paralela e que estão a ser lecionados em dois polos.

O doutor Carlos Amaral congratulou o Magnífico Reitor por esta iniciativa que considera da maior importância para a Universidade, dizendo que o que é essencial é a sobrevivência da Universidade na Região Autónoma dos Açores.

O doutor Mário Fortuna esclareceu que, em relação ao curso de Gestão que está a ser lecionado na Terceira, conseguiu arranjar cento e sessenta alunos ao fim do terceiro ano e que, se o mesmo for cancelado, tal vai reduzir o número de alunos e a prestação de serviços.

Segundo o Dr. Mário Mesquita, a situação da Universidade é preocupante e não pode ser resolvida como uma espécie de *ping pong*, com visões de diferentes pontos de vista. O que lhe parece é que, independentemente do que for necessário fazer, e tendo em conta os dois pilares que sustentam a Universidade (Governo Central / Governo Regional), este seria o momento de se pensar numa reflexão mais profunda sobre a Universidade, tendo sugerido arranjar financiamento para se criar uma comissão composta, por exemplo, por cinco docentes (dois da Universidade dos Açores, um de outra universidade portuguesa, um de uma universidade americana e um de uma universidade europeia), capazes de refletir com realismo sobre a realidade/situação desta Universidade.



_____O doutor Alfredo Borba concordou com a proposta apresentada pelo Dr. Mário Mesquita, na medida em que é preciso saber qual o caminho que a Universidade irá tomar a partir de agora, tendo estranhado que a Reitoria só agora esteja a avançar com este diagnóstico, quando já o deveria ter feito. _____

_____O doutor Carlos Vouzela perguntou ao Reitor o que pensa em relação aos cursos propedêuticos na ilha Terceira, dado que o doutor Paulo Fialho comentou que o referido curso iria terminar/fechar. _____

_____O doutor Mário Fortuna subscreveu a proposta do Dr. Mário Mesquita, acrescentando, no entanto, que se deve atuar já em dezembro, uma vez que se trata de um diagnóstico administrativo e que a informação já existe e pode ser conseguida no imediato. Acrescentou ainda que se torna urgente resolver o problema, pois, não se prevendo mais receitas, há que tomar as decisões corretas e decidir onde cortar nas despesas, colocando a hipótese de haver uma intervenção imediata até a Universidade tomar um rumo. _____

_____Segundo o doutor Carlos Amaral, uma fusão da Universidade dos Açores com qualquer outra instituição até seria bem-vinda e seria benéfico para a Universidade, desde que com fundamento. Porém, acrescentou, a Universidade precisa de rever a sua oferta letiva, mas, se o fizer, na melhor das hipóteses esta revisão só entrará em vigor em setembro de dois mil e catorze e, até se proceder a uma revisão da oferta letiva, há que disponibilizar a oferta letiva que existe. Por fim, salientou que a Universidade não precisa de estudos ou diagnósticos, mas sim de ação imediata, sem ter que esperar por uma auditoria, daí a necessidade de se avançar com uma reforma da Universidade dos Açores. _____

_____O Magnífico Reitor explicou que este diagnóstico resulta da falta de informação que a Reitoria tem sobre determinadas situações e que o que se pretende é precisamente dar resposta a todas as questões que foram levantadas e ter uma ideia completa e exaustiva sobre a situação real da Universidade. Informou ainda que o prazo previsto é de quatro meses e que a equipa já está pensada e englobará pessoas de várias áreas e dos serviços de informática. Em relação às dúvidas levantadas pelos conselheiros, esclareceu que as regras que se aplicam aos três polos são precisamente as mesmas; quanto a funcionários e despedimentos de funcionários, foi precisamente para saber que medidas tomar é que avançou com o diagnóstico; em relação à comissão, as unidades orgânicas vão ser consultadas e irão dar os seus pareceres, bem como as instituições com quem a Universidade tem ligação. Por fim, pediu aos conselheiros para apresentarem, no máximo até quinze de janeiro, qualquer questão e/ou proposta que queiram ver esclarecida ou que possa ser melhorada. _____

_____Supondo que o diagnóstico que o Magnífico Reitor pretende fazer não é incompatível com as medidas que têm de ser tomadas de imediato, mas estando em curso uma proposta de uma revisão estatutária, que poderá estar disponível até meados de fevereiro, o Presidente do Conselho Geral sugeriu que o prazo indicado para a entrega do diagnóstico fosse reduzido, de modo a poder fornecer os elementos que possam revelar-se de interesse para a revisão estatutária. Sugeriu ainda que, depois das conclusões do referido diagnóstico, se avançasse com o proposto pelo Dr. Mário Mesquita. _____

_____7. O Magnífico Reitor informou que na reunião do CRUP, realizada no dia doze de dezembro, o Presidente do CRUP comunicou que, embora o Ministério tenha reforçado o orçamento das universidades em cerca de 42,8 milhões de euros, ainda não sabiam como esta verba iria ser distribuída pelas Universidades e que o ideal seria ser feito em janeiro, distribuído por duodécimos. Em termos de redução, informou que o que se conseguiu foi que as despesas da FCCN fossem reduzidas. Informou ainda que o corte que a Universidade irá ter em dois mil e



treze ronda os 11,2%, que corresponde à Caixa Geral de Aposentações que irá passar para 20% e à reposição de um dos subsídios.

O Vice-Reitor acrescentou que a distribuição é fundamental para a Universidade, bem como o seu financiamento a curto prazo e que, se a distribuição dos 42,8 milhões forem só para compensar a Caixa Geral de Aposentações e para a reposição dos subsídios, a Universidade vai continuar com graves problemas financeiros.

8. Relativamente à carta enviada ao Ministério e à fuga de informação, através do sistema informático, que deu origem a que o seu conteúdo fosse dado a conhecer à comunicação social, o Magnífico Reitor explicou que esta carta se enquadrava numa negociação já mantida com o Ministério desde trinta de julho de dois mil e doze e que o Secretário de Estado já estava ciente das dificuldades da Universidade. Explicou ainda que, em reunião tida com o Ministro da Educação e com os Reitores das universidades portuguesas, já tinha manifestado a sua preocupação face à situação deficitária da Universidade, referindo que este corte poderia prejudicar o funcionamento da Universidade, tendo posteriormente reunido com o Secretário de Estado do Ensino Superior, e com os Reitores das outras três universidades que também se encontram em pior situação (Algarve, Évora e UTAD), para discutirem sobre a situação de cada universidade. Quanto à redistribuição da verba, informou que a Direção Geral do Orçamento é que irá fazer a divisão pelas universidades e que ainda não teve contacto com o Secretário de Estado sobre a repartição da verba e a maneira de se resolver a situação da Universidade dos Açores. Conforme sugestão dada pelo Ministério, irá ser pedida uma antecipação dos duodécimos em relação ao que iriam receber em dois mil e treze. Informou ainda que teve de dar conhecimento ao Ministro da Educação da fuga de informação do conteúdo da carta, tendo em conta os efeitos negativos que esta fuga poderia originar. Sobre a rede de universidades do ensino superior, informou que, no contacto efetuado com a Direção Geral do Ensino Superior, teve conhecimento de que as Universidades dos Açores e a da Madeira ficarão de parte.

O Vice-Reitor acrescentou que, num curto prazo, vão tentar a antecipação dos duodécimos como forma de compensação, tendo no entanto chamado a atenção para a necessidade de se aumentar receita e passar ao sistema de reestruturação, referindo que qualquer corte que exista é muito perigoso, pois pode influenciar o orçamento do ano seguinte.

Sobre o assunto o senhor Administrador informou que, em termos de receita, a Universidade conta com um *plafond* de 12,2 milhões de euros, provenientes do Orçamento de Estado para dois mil e treze, bem como da cobrança das propinas, cujo valor foi estimado com base nos valores dos anos anteriores, e com as prestações de serviços que têm caído de uma forma drástica. Em termos de despesa, a Universidade tem encargos com pessoal contratado por tempo indeterminado na ordem dos 1,4 milhões de euros, incluindo os encargos com o duodécimo do subsídio de Natal, verificando-se um défice mensal de cerca de 70.000€. Para além destes encargos, terá de suportar igualmente despesas relacionadas com pessoal contratado, na ordem dos 57.000€ mensais, despesas de funcionamento, na ordem dos 150.000€ mensais, e com um encargo anual de 400.000€, dividido por 4 prestações, respeitante ao empréstimo contraído, significando com isso que, mesmo antecipando o duodécimo, só conseguirão cumprir no máximo até maio, devendo nesta altura existir um défice de cerca de 1 milhão de euros.

Aberto um período de intervenções, o Dr. Roberto Amaral lamentou a situação atual da Universidade, com alguma tristeza e preocupação em relação ao futuro, tendo recordado o parecer dado pelos conselheiros externos onde já se antevia esta situação. Prevendo-se que se venham a verificar mais cortes nos financiamentos a nível nacional, alertou para a necessidade de se avançar no mais curto espaço de tempo com a proposta de diagnóstico apresentada pela



Reitoria, que deve contar com a colaboração de todas as unidades orgânicas. Relembrou que a Universidade já começou com uma dívida em dois mil e doze, sem qualquer fundo de tesouraria, e que o empréstimo foi apenas uma forma de ganhar tempo, caso contrário já teria fechado a porta. Apelou igualmente para a urgência e necessidade de se tomar medidas e recuperar as propinas, pois a situação só pode ser sustentada até cerca de maio, tendo questionado sobre outras fontes de financiamento, para além das mencionadas. _____

_____ Segundo o Dr. Mário Mesquita, a ideia do Ministério será certamente forçar as instituições a reverem as suas posições e a reestruturarem os seus cursos, pelo que neste período não deveria haver disputas dentro da instituição e todos deveriam lutar pelo mesmo, na tentativa de apresentarem/arranjarem soluções, por mais custosas e difíceis que sejam, pois vai chegar um momento em que irá ser necessário tomar medidas duras, não vendo que se deva adiar a tomada destas medidas. Por fim, sugeriu que houvesse um sistema de bolsas destinadas aos estudantes de fora que pretendem vir estudar para a Universidade dos Açores, que contasse com o apoio de entidades exteriores, como o Governo Regional, por exemplo. _____

_____ Na opinião do estudante Luís Freitas, pelo que se tem dito em Conselho Geral, parece-lhe que estão mais preocupados em manter/garantir financiamento do que propriamente a diminuir despesas. Quanto ao documento enviado, considera grave se o mesmo foi posto a circular de forma intencional. Por fim, pretendeu saber se em dois mil e treze a Universidade dos Açores vai funcionar nos mesmos moldes de dois mil e doze e se, a ser mantida em dois mil e treze, qual a garantia de que a oferta letiva irá ser beneficiada. _____

_____ O Doutor Carlos Amaral mostrou-se extremamente preocupado por aquilo que é um sonho de gerações e pela própria instituição, referindo que quando a instituição é posta em causa a circunstância torna-se alarmante. Acrescentou que tem vindo a defender a refundação da Universidade dos Açores e que, nestas circunstâncias, não deve haver disputas internas, pois tal só irá inviabilizar o funcionamento da Universidade dos Açores. Apontou para a necessidade de se tomar medidas dolorosas, para a reformulação da oferta letiva, que continua por fazer a risco da credibilidade que começa a ser posta em causa, para a rentabilização do corpo docente, para a necessidade de haver uma maior relação com o exterior, que só poderá trazer mais-valias para a Universidade. Acima de tudo, salientou, o que é urgente é agir a curto prazo, de modo a garantir que o projeto funcione e que se assegure o essencial, antes que se torne tarde de mais. _____

_____ O doutor Mário Fortuna relembrou que, em anos anteriores, a Universidade contava sempre com os reforços do Ministério, que conseguiam colmatar os défices existentes dos anos anteriores, salientando que, mesmo com a antecipação do duodécimo, a Universidade poderá ganhar alguns meses para conseguir resolver a situação, mas não irá resolver o problema na sua totalidade. Tendo entendido como plano B fazer um levantamento do funcionamento da casa e das funções de cada um, no sentido de se partir para a mobilidade, sugeriu que se avançasse de imediato para o plano B. No entanto, apontou para a necessidade de haver definições sobre o plano B, que tem de ser um plano explícito, urgente, rápido e imediato e tem de envolver toda a comunidade académica. _____

_____ Em relação à fuga de informação do conteúdo da carta, o doutor Alfredo Borba considerou que foi de facto um episódio infeliz, porque deveria ter sido dado conhecimento ao Conselho Geral antes de seguir para o Ministério, como também foi infeliz a forma como saiu para a comunicação social. Pelo facto, referiu que tem que haver comunicação por parte da reitoria, para esclarecer devidamente os funcionários do que se passa na casa. _____

_____ Segundo a doutora Gilberta Rocha, seria importante estarem todos unidos, apesar das divergências existentes, para que neste ambiente se possam criar propostas concretas. Salientou ainda a importância de ser o próprio Reitor a dar os esclarecimentos diretamente aos docentes e



não através dos responsáveis das unidades orgânicas, na medida em que tem dúvidas se todos os responsáveis levam aos departamentos as informações que lhes foram transmitidas._____

_____Tendo em conta a natureza do assunto, o Presidente do Conselho Geral esclareceu que o mesmo foi agendado por entender que devia tomar uma posição perante o Magnífico Reitor, uma vez que não houve um esclarecimento prévio entre o Magnífico Reitor e o Presidente do Conselho Geral, tendo sugerido que se desse conhecimento ao Governo Regional da realidade da Universidade, tal como se encontra espelhada na carta enviada ao Ministério._____

_____O Magnífico Reitor considerou a reunião muito profícua, referindo que sempre apostou numa boa relação entre a Reitoria e o Conselho Geral. Relativamente à carta e ao não ter dado a conhecer o seu conteúdo ao Presidente do Conselho Geral, voltou a referir que a mesma veio num certo contexto e no seguimento de várias reuniões tidas com o Ministério e que, após uma reunião do Conselho de Gestão, concluíram que este assunto era de extrema urgência, tendo o ofício seguido no dia imediatamente a seguir à reunião do Conselho de Gestão. Informou que deu conhecimento da carta ao Presidente do Governo Regional, pois, apesar de a Universidade pertencer ao Governo Central, está sediada na Região Autónoma dos Açores e é um pilar para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Em resposta à doutora Gilberta Rocha esclareceu que contactando os diretores de departamento era a maneira mais prática de resolver as situações._____

_____Sobre as questões levantadas pelo conselheiro Luís Freitas, o Vice-Reitor esclareceu que não é crime uma instituição, independentemente da sua natureza, andar à procura de receita, acrescentando que ainda há algumas deficiências que poderão ser resolvidas após o resultado do diagnóstico. Em relação às propinas, informou que ainda há muita receita por cobrar que se foi acumulando ao longo dos anos e que se encontram registadas. Por fim, salientou que neste momento a Universidade está a ganhar algum tempo não para adiar os problemas, mas sim para os resolver._____

_____9. Antes de dar por encerrada a reunião, o Presidente do Conselho Geral fez referência ao expediente entrado, nomeadamente no que diz respeito a correspondência sobre disciplinas que não foram dadas no polo de Angra, por dificuldades financeiras._____

_____Em relação ao pedido de esclarecimento do estudante Luís Freitas, acerca do despacho n.º 356/2012, que determina a obrigatoriedade de preenchimento de inquéritos pelos alunos, o Magnífico Reitor esclareceu que este inquérito serve apenas para saber a opinião dos alunos sobre o funcionamento da Universidade, no sentido de se garantir os direitos dos próprios alunos._____

_____Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei._____

O Presidente do Conselho Geral: